

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. mo Sr.º Presidente da Assembleia da República**

O patronato do Porto de Lisboa, aproveitando a oportunidade oferecida pela lei do trabalho portuário imposta pelo anterior governo, provocou a caducidade da contratação coletiva a partir do passado dia 14 de Novembro. As entidades patronais pretendem criar condições para uma acrescida exploração e precariedade, reduzindo o efetivo portuário a bolsas de trabalhadores precários explorados em Empresas de Trabalho Portuário.

Naturalmente, esse comportamento do patronato teve a necessária resposta dos trabalhadores portuários, que iniciaram nesse dia um processo de luta, que incluiu a colocação de um pré-aviso de greve que implicaria a imediata entrada em greve de todos os trabalhadores no momento em que o patronato tentasse colocar trabalhadores na operação estranhos ao efetivo portuário.

Paralelamente, o patronato do Porto de Lisboa: passou a recusar trabalho a cerca de 50 trabalhadores precários existentes na ETP-L; mantém a intenção de provocar a insolvência da ETPL de que é o único acionista; continua a promover a criação de uma ETP paralela, a PORLIS, ao arrepio dos compromissos assumidos publicamente; começou a desviar cargas do Porto de Lisboa como instrumento para a chantagem dos trabalhadores e das autoridades.

Sabemos que o patronato do sector utiliza o seu poder económico para repetir na Comunicação Social a “verdade oficial” de que a greve é «um rude golpe na recuperação da atividade portuária em Lisboa, danificando seriamente a credibilidade operacional das empresas que aí operam, quebrando compromissos e expectativas e afastando mais uma vez o tráfego marítimo», etc., etc.. Mas a verdade dos factos é de que foi o patronato que rasgou a contratação coletiva, é o patronato que promove a gestão danosa da ETP-L, é o patronato que sentiu as costas quentes pelo anterior governo e procurou dobrar os trabalhadores e incrementar a exploração e a precariedade.

Em Portugal pratica-se neste sector dos salários mais baixos da Europa, e por muito que o patronato deseje aumentar ainda mais os seus lucros à custa da exploração da força de trabalho, esse caminho conduz apenas ao empobrecimento, à emigração e à estagnação económica.

Para agravar esta situação, o grupo económico dominante no patronato do Porto de Lisboa, que incentiva e promove esta guerra contra os trabalhadores portuários portugueses, acaba de

patrioticamente vender este sector estratégico a uma multinacional turca, Yildrim, que comprou todo o sector portuário e de logística da Mota-Engil. Este facto, além de colocar mais um sector estratégico da nossa economia ao serviço dos interesses de uma multinacional, agrava toda a situação laboral aqui reportada, na medida em que são bem conhecidas as práticas laborais desta multinacional noutros portos da Europa.

**Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo o seguinte:**

1. Qual o conhecimento do Governo sobre este conflito laboral provocado pelo patronato do Porto de Lisboa? Que medidas estão consideradas para promover a contratação coletiva e impedir o crescimento da precariedade e da exploração no trabalho portuário?
2. Face às recentes declarações do patronato do Porto de Lisboa sobre a ETP-L, que recolocam a ameaça de uma insolvência provocada por gestão danosa (risco para o qual o PCP alertou há já três anos), que medidas preventivas foram e estão consideradas para impedir essa eventualidade?
3. A concretização da venda do sector portuário da Mota-Engil, por parte desse grupo e do Novo Banco, à multinacional Yildrim, colocaria mais um sector estratégico da economia nacional nas mãos de multinacionais e ocorre num momento em que o capital se prepara para passar para o Estado os prejuízos acumulados no BES e no Novo Banco. Que informações tem o Governo sobre este processo de venda, qual o seu ponto de situação e perspectivas futuras, e que medidas foram e estão consideradas para salvaguardar o interesse nacional?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 4 de Dezembro de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)